

Atlas Lar do Sol Holding S.A.

**Demonstrações financeiras individuais e
consolidadas em 31 de dezembro de 2023**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	3
Balancos patrimoniais individuais e consolidados	6
Demonstrações do resultado individuais e consolidados	7
Demonstrações do resultado abrangente individuais e consolidados	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido individuais e consolidados	9
Demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidados	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas	



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Verbo Divino n.º1400, Conjunto Térreo ao 801.
Bairro Chácara Santo Antônio
CEP 04719-911- São Paulo - SP
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Acionistas e Diretores da
Atlas Lar do Sol Holding S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Atlas Lar do Sol Holding S.A.. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Atlas Lar do Sol Holding S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (*IFRS*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.



- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de fevereiro de 2024

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP014428/O-6

Daniel Aparecido da Silva Fukumori
CRC 1SP245014/O-2

Atlas Lar do Sol Holding S.A.

Balancos patrimoniais individuais e consolidados
Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

Ativos	Nota	Controladora		Consolidado		Passivos	Nota	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022			2023	2022		
Caixa e equivalentes de caixa	8	6.338	114	65.563	68.986	Fornecedores	14	20.521	1	24.901	15.894
Contas a receber	9	15.500	-	32.168	-	Imposto de renda e contribuição social	21	-	-	1.219	-
Impostos a recuperar		1.566	9	2.002	695	Obrigações fiscais		5	2	1.919	1.720
Imposto de renda e contribuição social		2.834	410	2.836	412	Financiamentos	15	-	-	23.930	7.570
Adiantamento a fornecedores		4	-	4	261	Dividendos a pagar	22	15.937	-	17.641	-
Despesas antecipadas		-	-	1.436	1.626	Passivo de arrendamentos	12	-	-	35	-
Dividendos a receber	22	15.333	-	-	-	Outras contas a pagar	14	23	15	93	72
Outras contas a receber		-	-	-	544						
Total do ativo circulante		41.575	533	104.009	72.524	Total do passivo circulante		36.486	18	69.738	25.256
Aplicações financeiras vinculadas	10	-	-	13.235	12.492	Financiamentos	15	-	-	411.424	398.708
Investimentos em controladas	11	467.512	414.369	-	-	Provisão para desmobilização	16	-	-	19.797	-
Ativo de direito de uso	12	-	-	11.578	-	Passivo de arrendamento	12	-	-	11.692	-
Imobilizado	13	-	-	908.376	799.872	Total do passivo não circulante		-	-	442.913	398.708
Total do ativo não circulante		467.512	414.369	933.189	812.364	Patrimônio líquido	17				
						Capital social		421.433	421.433	421.433	421.433
						Reserva de lucros		51.168	-	51.168	-
						Prejuízos acumulados		-	(6.549)	-	(6.549)
						Total do patrimônio líquido		472.601	414.884	472.601	414.884
						Participação de não controladores			-	51.946	46.040
Total do ativo		509.087	414.902	1.037.198	884.888	Total do passivo e patrimônio líquido		509.087	414.902	1.037.198	884.888

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Atlas Lar do Sol Holding S.A.

Demonstrações de resultados individuais e consolidados
Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Receita operacional líquida	18	157.093	-	279.002	-
Custos de operação	19	(150.692)	-	(175.888)	-
Lucro bruto		6.401	-	103.114	-
Despesas operacionais					
Despesas gerais e administrativas	19	(385)	(288)	(1.116)	(410)
Outras receitas / (despesas) operacionais		5	4	(1.368)	4
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		6.021	(284)	100.630	(406)
Receitas financeiras	20	1.785	1.464	8.640	1.464
Despesas financeiras	20	(18)	(15)	(19.772)	(306)
Resultado financeiro líquido		1.767	1.449	(11.132)	1.158
Equivalência patrimonial	11	68.476	(379)	-	-
Resultado antes dos impostos		76.264	786	89.498	752
Imposto de renda e contribuição social corrente	21	(2.610)	(373)	(8.234)	(373)
Lucro líquido do exercício		73.654	413	81.264	379
Atribuíveis aos:					
Acionistas controladores		73.654	413	73.654	413
Acionistas não controladores		-	-	7.610	(34)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Atlas Lar do Sol Holding S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes individuais e consolidados
Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2023</u>	<u>2022</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Lucro líquido do exercício	<u>73.654</u>	<u>413</u>	<u>81.264</u>	<u>379</u>
Resultado abrangente do exercício	<u>73.654</u>	<u>413</u>	<u>81.264</u>	<u>379</u>
Atribuíveis aos:				
Acionistas controladores	73.654	413	73.654	413
Acionistas não controladores	-	-	7.610	(34)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Atlas Lar do Sol Holding S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

	Nota	Reserva de lucros			Prejuízos Acumulados	Total do patrimônio líquido da controladora	Participação de não controladores	Total Consolidado
		Capital social	Reserva legal	Reserva retenção de lucros				
Saldos em 31 de dezembro de 2021		74.065	-	-	(6.962)	67.103	-	67.103
Integralização de capital	17.a	347.368	-	-	-	347.368	46.074	393.442
Lucro líquido do exercício		-	-	-	413	413	(34)	379
Saldos em 31 de dezembro de 2022		421.433	-	-	(6.549)	414.884	46.040	460.924
Lucro líquido do exercício		-	-	-	73.654	73.654	7.610	81.264
Destinação para reserva legal	17.b	-	3.355	-	(3.355)	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	17.c	-	-	-	(15.937)	(15.937)	(1.704)	(17.641)
Destinação para reserva de retenção de lucros	17.d	-	-	47.813	(47.813)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023		421.433	3.355	47.813	-	472.601	51.946	524.547

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidados
Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Resultado do exercício antes do imposto de renda e contribuição social		76.264	786	89.498	786
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com os recursos das atividades operacionais:					
Depreciação	13	-	-	11.833	-
Depreciação do ativo de direito de uso	12	-	-	163	-
Juros sobre financiamentos	15	-	-	9.893	-
Custo de captação apropriado ao resultado	15	-	-	120	-
Juros sobre passivo de arrendamento	12	-	-	640	-
Baixa de imobilizado	13	-	-	-	544
Atualização monetária da provisão de desmobilização	16	-	-	603	-
Participação dos não controladores		-	-	-	46.040
Bônus de adimplência	15	-	-	(194)	-
Resultado de equivalência patrimonial	11	(68.476)	379	-	-
Resultado ajustado		7.788	1.165	112.556	47.370
Redução (aumento) nos ativos operacionais:					
Contas a receber		(15.500)	-	(32.168)	-
Impostos a recuperar		(1.557)	-	(1.307)	(683)
Impostos de renda a recuperar		(2.424)	(413)	(2.424)	(411)
Adiantamento a fornecedores		(4)	40	257	1.810
Despesas antecipadas		-	-	190	(1.626)
Outras contas a receber		-	-	544	(544)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:					
Fornecedores		20.520	(1)	9.007	44.345
Obrigações fiscais		3	2	199	1.716
Outras contas a pagar		8	(8)	21	(159)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		8.834	785	86.875	91.818
Pagamento de juros de financiamentos	15	-	-	(2.180)	-
Pagamento de juros de passivo de arrendamentos	12	-	-	(640)	-
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(2.610)	(587)	(7.015)	(587)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		6.224	198	77.040	91.231
Fluxo de caixa das atividades de investimentos					
Venda de participação societária	1.2	-	39.229	-	-
Aumento de capital em investidas	11	-	(439.808)	-	-
Aquisição ao ativo imobilizado	13	-	-	(79.756)	(463.024)
Caixa líquido aplicado nas atividade de investimento		-	(400.579)	(79.756)	(463.024)
Fluxo de caixa proveniente das atividades de financiamento					
Aplicações financeiras vinculadas		-	-	1.169	(12.492)
Captação de financiamentos	15	-	-	-	406.983
Custo de captação de financiamentos	15	-	-	-	(6.870)
Pagamento de principal de financiamentos	15	-	-	(1.862)	-
Pagamento do principal do passivo de arrendamento	12	-	-	(14)	-
Integralização de capital	17.a	-	347.368	-	-
Fluxo de caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento		-	347.368	(707)	387.621
Aumento líquido / (Redução) no saldo de caixa e equivalentes de caixa		6.224	(53.013)	(3.423)	15.828
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	8	114	53.127	68.986	53.158
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	8	6.338	114	65.563	68.986
		6.224	(53.013)	(3.423)	15.828

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

1 Contexto operacional

A Atlas Lar do Sol Holding S.A., (“Companhia”) é uma “Holding”, anteriormente denominada Atlas Lar do Sol Holding Ltda, foi alterada de sociedade de capital limitado, para sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil, com sede na Cidade de Pirapora, Estado de Minas Gerais, na Altura do KM 3,25 da MG-496, distrito Várzea de Palma, CEP 39.270-00.

A Companhia tem como controladora a Atlas Brasil Energia Holding 2 S.A. com participação de 90,00% do capital social da Companhia e tem como controlador final a sociedade GIP Helios Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas abrangem a Companhia e suas subsidiárias (conjuntamente referidas como ‘Companhia’ ou Grupo). A Companhia está envolvida primariamente na geração de energia elétrica por fonte fotovoltaica e encontra-se em 31 de dezembro de 2023 em fase operacional.

As controladas que compõem o projeto Lar do Sol, possuem um contrato de venda de energia incentivada que prevê o fornecimento total anual de 429 GWh para atender prioritariamente a Unipar Carbocloro S.A., durante o prazo de 18 anos, iniciando em 1º de janeiro de 2024 até 31 de dezembro de 2042. Considerando que as controladas da Companhia estraram em operação comercial no segundo semestre de 2023, a controladora Atlas Lar do Sol Holding, firmou um contrato de venda de energia no mercado livre com duração até 31 de dezembro de 2023, o qual comprometeu a totalidade da geração realizada do projeto.

A Companhia não possui garantia física definida pelo Ministério de Minas e Energia, no entanto, segue o Art. 6º da portaria 60/2020, e não realiza operações de venda de energia que superem o volume histórico de geração das controladas.

O Controlador da GIP Helios II S.A, comunicou aos seus acionistas e ao mercado que no dia 30 de outubro de 2023, celebrou com a Engie Brasil Energia Complementares Participações Ltda. (“EBECP”) um Contrato de Compra e Venda de Ações da controladora direta da Companhia, Atlas Brasil Energia Holding 2 S.A.

O fechamento da operação regulada pelo Contrato está sujeito ao cumprimento de determinadas condições precedentes e à aprovação das autoridades reguladoras, incluindo o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (“CADE”). Em 07 de novembro de 2023 o CADE aprovou a operação, a Companhia espera concluir assim que as demais outras condições precedentes forem atendidas, considerando que se tais condições não forem cumpridas, a transação poderá eventualmente não se materializar.

1.1 Autorizações para exploração

As Controladas receberam autorização para geração de energia elétrica por fonte fotovoltaica, conforme apresentado no quadro abaixo.

A tabela a seguir resume as características de cada controlada:

<i>Usina</i>	<i>Período da autorização</i>	<i>Potência (MW)</i>	<i>Início de operação comercial (i)</i>	<i>Status</i>	<i>Ambiente Contratação</i>	<i>Estado</i>
UFV LAR DO SOL I	09/04/2019 a 09/03/2054	99	2023	Em operação	ACL	MG
UFV LAR DO SOL II	09/04/2019 a 09/03/2054	99	2023	Em operação	ACL	MG
UFV LAR DO SOL III	09/04/2019 a 09/03/2054	99	2023	Em operação	ACL	MG

- (i) As Controladas terão suas operações dedicadas ao suprimento dos contratos de venda de energia firmados diretamente com sua controladora, com o início a partir 01 de janeiro de 2024 para suprir os contratos de venda firmados, pela controladora, bilateralmente no ambiente de contratação livre.

A operações de produção de energia têm seu início programado para antes de 1º de janeiro de 2024. Para o ano de 2023 as controladas forneceram energia através de contratos bilaterais firmados no Ambiente de Contratação Livre (ACL).

1.2 Aspectos relacionados aos indicadores financeiros

Em 31 de dezembro de 2023, com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia e de suas controladas em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo e, uma vez que as investidas possuem previsão de entrada em operação em 2023 e assim dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

2 Base de consolidação e investimentos em controladas

As demonstrações financeiras das controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que deixa de existir.

As políticas contábeis das controladas consideradas na consolidação estão alinhadas com as políticas contábeis adotadas pela Companhia.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

As demonstrações financeiras consolidadas abrangem os saldos e transações da Companhia e suas controladas. Os saldos e transações de ativos, passivos, receitas e despesas foram consolidados integralmente para as controladas.

Os principais critérios de consolidação estão descritos a seguir:

- a) Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as Companhias consolidadas;
- b) Eliminação de participações no capital, reservas e lucros acumulados das Companhias controladas;
- c) Eliminação dos saldos de receitas e despesas decorrentes de negócios entre as Companhias consolidadas;

d) Segregação da participação de não controladores. O Grupo elegeu mensurar qualquer participação de não controladores inicialmente pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis da adquirida na data da aquisição.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas incluem, em 31 de dezembro de 2023 e 2022, as demonstrações financeiras da Atlas Lar do Sol Holding S.A. e suas controladas, listadas a seguir:

Controladas	País	Participação acionária			
		2023		2022	
Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol I S.A	Brasil	Direta	90%	Direta	90%
Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol II S.A	Brasil	Direta	90%	Direta	90%
Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol III S.A	Brasil	Direta	90%	Direta	90%

Em 09 de agosto de 2022 a Companhia, firmou contrato de compra e vendas de ações das investidas Lar do Sol I, Lar do Sol II e Lar do Sol III com a Unipar Carbocloro S.A., no qual realizou a venda de 10% das ações destes investimentos, passando a Companhia a deter 90% das ações das controladas, conforme descrito na nota explicativa nº 15.c.

2.1 Alienação de participação societária

(a) Alienação de participações societárias

Em 09 de agosto de 2022, a Companhia firmou contrato de compra e vendas de ações das investidas Lar do Sol I, Lar do Sol II e Lar do Sol III com a Unipar Carbocloro S.A., no qual realizou a venda de 10% das ações destes investimentos, passando a Companhia a deter 90% das ações das controladas. A precificação ocorreu com base nos saldos líquidos de imobilizado, caixa e endividamento. Abaixo, são apresentados os valores resultantes da alienação e tais investimentos:

Controladas	Base de precificação em 31/07/2022	% sobre a precificação da base	Valor de alienação de investimentos a receber
Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol I S.A	154.654	10%	15.465
Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol II S.A	119.642	10%	11.964
Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol III S.A	117.989	10%	11.799
	392.285	10%	39.229

A base de precificação de aquisição das Companhias ocorreu com base nos valores de livros na data base 31/07/2022:

<u>Investidas</u>	<u>Capex</u>	<u>Caixa</u>	<u>(-) Endividamento</u>	<u>Valor Total</u>
	(não auditado)	(não auditado)	(não auditado)	(não auditado)
Lar do Sol I	248.421	3.504	(97.271)	154.654
Lar do Sol II	148.013	2.336	(30.707)	119.642
Lar do Sol III	143.568	16.253	(41.832)	117.995
	540.002	22.092	(169.810)	392.229

A divulgação da participação de não controladores está apresentada na nota explicativa nº 17 e.

3 Base de preparação

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro *International Financial Reporting Standards – IFRS* emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

As informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, foi autorizada pela Diretoria em 29 de fevereiro de 2024.

Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Aplicação financeira que é mensurada ao valor justo.

4 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real, e essas demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de reais. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

5 Uso de estimativas

Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a) Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2023 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Vida útil dos ativos tangíveis – nota explicativa nº 12:** Refere-se a ativos de imobilizados em andamento, assim que o ativo atingir o estágio de conclusão previsto pela Administração, a depreciação será feita pelo método linear, com base nas taxas anuais. A vida útil dos ativos será determinada pela Administração com base na estimativa de tempo de geração de recurso que tal ativo espera prover;
- **Redução ao valor recuperável de ativos (Impairment) – nota explicativa nº 12:** Análise de eventos que possam indicar a perda do valor recuperável dos ativos reconhecidos até 31 de dezembro de 2023
- **Reconhecimento e mensuração dos custos de desmobilização – nota explicativa nº 16:** Refere-se as principais premissas sobre a mensuração dos custos prováveis, descontados a valor presente, representando assim a saída futura de recursos necessários para entrega do terreno locado nas condições previstas no contrato; e
- **Instrumentos financeiros – nota explicativa nº 23:** Principais premissas utilizadas na mensuração do valor justo.

6 Políticas contábeis materiais

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

a) Base de consolidação

(i) Controladas

A Companhia controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia a partir da data em que obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

(ii) Perda de controle

Quando a entidade perde o controle sobre uma controlada, a Companhia desreconhece os ativos e passivos e qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se a Companhia retém qualquer participação na antiga

controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

(iii) Investimentos em entidades contabilizados pelo método da equivalência patrimonial

Os investimentos da Companhia em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em controladas.

(iv) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

b) Receita de contrato com cliente

Reconhecimento da receita

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, líquida de quaisquer contraprestações variáveis. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve:

- a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente;
- a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato;
- a determinação do preço para cada tipo de transação;
- a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e
- o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato, sejam em um determinado período, ou ao longo do contrato. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

O principal critério de reconhecimento e mensuração do contrato no ambiente livre é estabelecido com base na quantidade de energia entregue no ponto de verificação acordado entre as partes e com os preços especificados nos termos dos contratos de fornecimento.

c) Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são

convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

d) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem:

- receita de juros;
- despesa de juros; e
- ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. A 'taxa de juros efetiva' é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao:

- valor contábil bruto do ativo financeiro; ou
- ao custo amortizado do passivo financeiro.

e) Imposto de renda e contribuição social

Regime de tributação pelo Lucro Real – Controladora

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10 % sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

Regime de tributação pelo lucro presumido – Demais controladas

O imposto de renda e a contribuição social correntes registrados no resultado são calculados conforme sistemática do lucro presumido, cujas bases de cálculo do imposto de renda e da contribuição social foram apuradas as alíquotas de 8% e 12% respectivamente, aplicadas sobre o montante da receita bruta segundo legislação vigente. Sobre a base de cálculo, para a apuração do imposto de renda, são aplicadas às alíquotas de 15% acrescidas de 10% sobre o que exceder R\$ 60 trimestrais e a contribuição social corrente calculada à alíquota de 9%.

Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

f) Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de construção, que inclui principalmente os custos de obtenções de licenças ambientais, serviços de construção e compra de equipamentos para montagem das usinas fotovoltaicas.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos sejam auferidos pelo Grupo.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens o qual o Grupo definiu uma vida útil de 30 anos que representa o período estimado pela Administração no qual o grupo de ativos operacionais fluirão em benefícios econômicos. A depreciação é reconhecida no resultado. Dado a limitação legal imposta pelo prazo de autorização, os ativos são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo de autorização.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Planta fotovoltaica – instalações, máquinas e benfeitorias	30 anos
--	---------

A taxa de depreciação do item planta fotovoltaica representa a vida útil do ativo enquanto unidade operacional e inclui todos os gastos que foram necessários para a construção e início de operação da planta. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

g) Provisão para desmobilização

Os contratos de arrendamento das terras onde os parques encontram-se instalados contém cláusulas que obrigam o Grupo, ao final do prazo contratual, devolva as terras em condições originais anteriores a implementação dos parques. A provisão foi inicialmente mensurada ao seu valor justo e, posteriormente, é ajustada a valor presente e mudanças no valor ou na tempestividade dos fluxos de caixa estimados. Os custos de desmobilização do ativo são capitalizados como parte do valor contábil do ativo relacionado e são depreciados ao longo da vida útil remanescente do ativo, é possível verificar maiores detalhes na nota explicativa nº 16.

(i) Reconhecimento e mensuração

O reconhecimento da provisão de desmobilização acontece mediante a entrada em operação do parque fotovoltaico, dado que neste momento o reconhecimento e mensuração estão livres de incertezas acerca do preço e prazo e o parque está apto a iniciar sua geração.

h) Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

Todos os ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao custo amortizado,

acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

(a) Ativos Financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado:

- ao custo amortizado; ou
- ao VJR (Valor Justo por meio do Resultado);

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

(b) Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio:

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:

Ativos financeiros VJR a Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros custo amortizado a Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

i) Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

(i) Ativos financeiros não-derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;

O Grupo mensura a provisão para perda com contas a receber de clientes e ativos de contrato em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para aplicações financeiras com baixo risco de crédito na data do balanço, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia e suas controladas consideram informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia e suas controladas, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia e suas controladas estão expostas ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperada

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor Grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou Grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou Grupo de UGCs) de forma pro rata.

As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

k. Arrendamentos

No início de um contrato, o Grupo avalia se um contrato é ou contém arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca da contraprestação.

(i) Arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém o componente de arrendamento, o Grupo aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais.

Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado. No caso da Companhia, os ativos de direito de uso e seus respectivos passivos de arrendamento se referem às terras onde os parques eólicos encontram-se instalados.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental do Grupo. A taxa nominal de juros incremental estabelecida foi em média de 8,75% a.a.

l) Provisões

As provisões são reconhecidas em virtude de um evento passado, quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for mais provável do que não provável a exigência de um recurso econômico para liquidar essa obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo.

m) Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Companhia.

Uma série de políticas contábeis e divulgações da Companhia requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros.

Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como “ativo” se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

7 Novas normas e interpretações

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2023, aos quais a Companhia não espera impactos significativos.

A Companhia e suas controladas não adotaram essas normas na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

a) Classificação dos passivos como circulante ou não circulante (alterações ao CPC 26/IAS 1)

As alterações emitidas em 2020, visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e se aplicam aos exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023.

No entanto, o IASB propôs posteriormente novas alterações ao IAS 1 e o adiamento da data de vigência das alterações de 2020 para períodos anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2024.

Devido esta norma estar sujeita a desenvolvimentos futuros, a Companhia não pode determinar o impacto dessas alterações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas no período de aplicação inicial.

A Companhia monitora os desenvolvimentos futuros.

b) Classificação dos passivos como circulante ou não circulante (alterações ao CPC 26/IAS 1)

As alterações emitidas em 2020, visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e se aplicam aos exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023.

c) Acordos de financiamento de fornecedores ("Risco Sacado") (alterações ao CPC 26/IAS 1 e CPC 40/IFRS 7)

As alterações introduzem novas divulgações relacionadas a acordos de financiamento com fornecedores ("Risco Sacado") que ajudam os usuários das demonstrações financeiras a avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa de uma entidade e sobre a exposição da entidade ao risco de liquidez. As alterações se aplicam a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2024.

O Grupo não participa de acordo de financiamento da cadeia de suprimentos para o qual as novas divulgações serão aplicadas.

d) Outras Normas

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras do Grupo:

- Passivo de arrendamento em uma venda e *leaseback* (alterações ao CPC 06/IFRS 16)
- Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21).

8 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Depósitos à vista (a)	55	36	626	81
Aplicações financeiras (b)	6.283	78	64.937	68.905
Caixa e equivalentes de caixa	6.338	114	65.563	68.986

- (a) Inclui depósitos bancários disponíveis, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.
- (b) As aplicações financeiras referem-se a certificado de depósito bancário, de liquidez imediata e remuneração atrelada à variação do CDI em média de 98,19% em 31 de dezembro de 2023 (98% em 31 de dezembro de 2022), não excedendo os seus respectivos valores de mercado.

9 Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Contas a receber de clientes – Receita ACL (a)	15.480	-	31.732	-
Contas a receber de clientes – Liquidação MCP (b)	20	-	436	-
Contas a receber de clientes	15.500	-	32.168	-

- a) Contas a receber proveniente da operação de venda firmada bilateralmente no Ambiente de Contratação Livre (ACL), conforme nota explicativa nº 1.

- b) Referem-se a parcela venda de energia no Mercado de Curto Prazo (MCP) em atendimento ao contrato firmado bilateralmente no ambiente de contratação livre, conforme nota explicativa n 1.

10 Aplicações financeiras vinculadas

	Consolidado	
	2023	2022
Aplicações financeiras vinculadas	13.235	12.492
	13.235	12.492

Os valores em 31 de dezembro de 2023 e 2022 são relativos ao contrato de financiamento com o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) pertencentes às controladas Lar do Sol I, Lar do Sol II e Lar do Sol III. Conforme contratos, as controladas têm a obrigação de manter em caução 2,5% do valor da dívida. Os valores são mantidos como caixa restrito e estarão disponíveis para utilização a longo prazo, conforme realização dos pagamentos.

11 Investimentos em controladas

Composição do investimento	Part.%	Patrimônio líquido	Lucro líquido do exercício (i)	Resultado de equivalência patrimonial (i)	2023
<i>Investimentos em controladas</i>					
Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol I S.A.	90%	222.608	44.562	40.106	222.608
Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol II S.A.	90%	126.917	14.494	13.045	126.917
Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol III S.A.	90%	117.987	17.028	15.325	117.987
Total		467.512	76.084	68.476	467.512

Composição do investimento	Part.%	Patrimônio líquido	Prejuízo do exercício (i)	Resultado de equivalência patrimonial (i)	2022
<i>Investimentos em controladas</i>					
Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol I S.A.	90%	191.518	(165)	(152)	191.518
Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol II S.A.	90%	116.762	(115)	(106)	116.762
Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol III S.A.	90%	106.089	(132)	(121)	106.089
Total		414.369	(412)	(379)	414.369

A movimentação dos investimentos em controladas, apresentados nas Demonstrações financeiras individuais e consolidadas, é como segue:

Composição do investimento	Part. %	31/12/2022	Dividendos distribuídos	Resultado de equivalência patrimonial	31/12/2023	Resultado de equivalência de não controladores (iv)
<i>Investimentos em controladas</i>						
Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol I S.A.	90%	191.518	(9.016)	40.106	222.608	4.457
Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol II S.A.	90%	116.762	(2.890)	13.045	126.917	1.450
Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol III S.A.	90%	106.089	(3.427)	15.325	117.987	1.703
Total		414.369	(15.333)	68.476	467.512	7.610

Composição do investimento	Part. %	31/12/2021	Venda de participação societária (i)	Aumento de capital	Resultado de equivalência patrimonial	31/12/2022	Resultado de equivalência de não controladores (iv)
<i>Investimentos em controladas</i>							
Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol I S.A.	90%	6.516	(15.471)	200.625	(152)	191.518	(13)
Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol II S.A.	90%	3.843	(11.964)	124.989	(106)	116.762	(9)
Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol III S.A.	90%	3.814	(11.798)	114.194	(121)	106.089	(12)
Total		14.173	(39.233)	439.808	(379)	414.369	(34)

(i) Refere-se à venda de ações das controladas conforme descrito na nota explicativa nº 17.e.

*Atlas Lar do Sol Holding S.A.
anteriormente Atlas Lar do Sol Holding Ltda.
Demonstrações financeiras
Individuais e consolidadas
em 31 de dezembro de 2023 e 2022*

A seguir resumo das controladas da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

31/12/2023	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Lucro líquido do exercício
Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol I S.A.	489.483	242.141	247.343	44.562
Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol II S.A.	267.072	126.051	141.021	14.494
Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol III S.A.	255.704	124.610	131.094	17.028
Total dos investimentos	1.012.259	492.802	519.458	76.084

31/12/2022	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Prejuízo do exercício
Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol I S.A.	424.431	211.632	212.799	(165)
Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol II S.A.	235.518	105.780	129.738	(115)
Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol III S.A.	224.429	106.552	117.877	(132)
Total dos investimentos	884.378	423.964	460.414	(412)

12 Ativo de direito de uso e passivo de arrendamento

O Grupo atua como arrendatário em contratos de terras onde os parques fotovoltaicos encontram-se instalados.

A movimentação do direito de uso está demonstrada abaixo:

	Consolidado			
	Valor líquido em 31/12/2022	Reconhecimento inicial	Amortizações	Valor líquido em 31/12/2023
Ativo de direito de uso				
Ativo de direito de uso	-	11.741	(163)	11.578
Total do ativo	-	11.741	(163)	11.578

Composição dos saldos do passivo de arrendamentos:

	Consolidado	
	2023	2022
Passivo de arrendamento	11.727	-
Total	11.727	-
Circulante	35	-
Não circulante	11.692	-

A movimentação do passivo de arrendamento, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, está demonstrada abaixo:

	Consolidado					Valor líquido em 31/12/2023
	Valor líquido em 31/12/2022	Reconhecimento inicial	Pagamento de principal	Pagamento de juros	Juros incorridos	
Passivo de arrendamento						
Arrendamento - Terreno do Parque Fotovoltaico	-	11.741	(14)	(640)	640	11.727
Total	-	11.741	(14)	(640)	640	11.727

Mediante reconhecimento do arrendamento dos parques fotovoltaicos das controladas da Companhia, a taxa de desconto utilizada para tal é de 8,75% a.a.

13 Imobilizado

Conciliação do valor contábil

Custo de aquisição	Consolidado								
	31/12/2021	Adições (a)	Juros e custos capitalizados (b)	Baixa (c)	31/12/2022	Adições (a)	Transferências	Juros e custos capitalizados (b)	31/12/2023
Adiantamento a fornecedores	6.880	46.205	-	-	53.085	-	(53.085)	-	-
Imobilizado em andamento	5.892	739.312	2.127	(544)	746.787	37.742	(805.916)	21.387	-
Planta fotovoltaica – instalações, máquinas e benfeitorias	-	-	-	-	-	42.014	859.001	-	901.015
Custo para desmobilização de ativos (a)	-	-	-	-	-	19.194	-	-	19.194
Total	12.772	785.517	2.127	(544)	799.872	98.950	-	21.387	920.209
Depreciação acumulada									
Planta fotovoltaica – instalações, máquinas e benfeitorias	-	-	-	-	-	(11.560)	-	-	(11.560)
Desmobilização de ativos (a)	-	-	-	-	-	(273)	-	-	(273)
Total	-	-	-	-	-	(11.833)	-	-	(11.833)
Total imobilizado	12.772	785.517	2.127	(544)	799.872	87.117	-	21.387	908.376

(a) As aquisições referem-se a serviços e materiais oriundos da construção da usina fotovoltaica.

(b) Juros e custo de captação sobre financiamentos capitalizados ao ativo imobilizado, líquidos da receita de juros de aplicação financeira advindos da obtenção do financiamento. Adicionalmente o movimento apresentado está líquido do rendimento de aplicação financeira proveniente do financiamento recebido e mantido em caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas, conforme notas explicativas nº 8 e 10. O detalhamento dos movimentos de financiamento está demonstrado na nota explicativa nº 15.

- (c) Baixa realizada em função de danos ocorridos em equipamentos.

Em dezembro de 2022 o Grupo concluiu a construção da Usina Fotovoltaica e iniciou a operação para fornecimento para contratos firmados bilateralmente em ambiente de contratação livre, iniciando no exercício de 2023 o reconhecimento de depreciação. A vida útil do ativo imobilizado e políticas contábeis aplicáveis estão descritas na nota explicativa nº 6.e

A Companhia e suas controladas avaliaram que até 31 de dezembro de 2023 não existiam evidências de perda do valor recuperável de seu imobilizado em andamento.

Os ativos detidos pelo Grupo compõem as garantias das operações de financiamentos, conforme descrito na nota explicativa nº 15.

14 Fornecedores e outras contas a pagar

O saldo de fornecedores e contas a pagar é representado por obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios.

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Contratação de serviços (a)	19.217	1	24.702	15.893
Fornecedores partes relacionadas (b)	1.304	-	199	1
Total de fornecedores	20.521	1	24.901	15.894
Outras provisões (c)	23	15	93	72
Total de outras contas a pagar	23	15	93	72
Total de fornecedores e outras contas a pagar	20.544	16	24.994	15.966

- (a) O valor de R\$ 24.702 corresponde basicamente a R\$ 19.217 ao saldo a pagar de compra de energia para fornecimento ao contrato firmado no ACL. Os R\$ 5.489 residuais correspondem ao saldo de serviços a pagar referente às contratações de serviços diversos, serviços técnicos de manutenção do parque fotovoltaico. .
- (b) Conforme nota explicativa nº 22.
- (c) Refere-se a serviços de auditoria a faturar.

A informação sobre a exposição da Companhia aos riscos de moeda e de liquidez relacionados a fornecedores e outras contas a pagar encontram-se divulgados na nota explicativa nº 23.

15 Financiamentos

As movimentações dos financiamentos aconteceram da seguinte forma:

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Financiamentos		
Saldo inicial	406.278	-
Financiamentos tomados (principal)	-	406.984
Pagamento de principal	(1.862)	-
Juros incorridos (*)	33.024	5.996
Juros pagos	(2.180)	-
Bônus de adimplência	(194)	-
Custo de captação incorrido (*)	288	169
Custo de captação	-	(6.871)
Saldo final	435.354	406.278
Circulante	23.930	7.570
Não Circulante	411.424	398.708

a. Termos e cronograma de amortização da dívida

	<u>Taxa de juros</u>	<u>Vencimento final</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Financiamentos	IPCA(*) + 3,15 % a.a.	Nov./45	<u>435.354</u>	<u>406.278</u>
			<u>435.354</u>	<u>406.278</u>
Circulante			23.930	7.570
Não circulante			411.424	398.708

Os financiamentos mantidos pelas controladas da Companhia, foram celebrados em 22 de outubro de 2021, e tiveram as primeiras liberações no montante de R\$ 406.983 nos meses de junho, agosto e setembro de 2022, com o banco BNB (Banco do Nordeste do Brasil S.A.), e são exclusivamente para a aquisição de equipamentos e serviços para construção das plantas fotovoltaicas. O prazo de financiamento é de 24 anos, tendo último vencimento em 15 de novembro de 2045, com carência de 2 anos para o principal e pagamento mensal de juros, calculados através da taxa de 3,15% a.a. + IPCA.

Os montantes das parcelas do não circulante são compostos por ano de vencimento conforme demonstrado abaixo:

<u>Vencimento em:</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
2024 (a)	-	21.172
2025	19.591	8.349
2026	19.591	9.598
2027	19.591	10.925
2028	19.591	10.925
2028 até 2045	<u>333.060</u>	<u>337.739</u>
	<u>411.424</u>	<u>398.708</u>

(a) Em 2024 se espera uma maior saída de caixa em função do término do período de carência

(*) Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo – Boletim Focus

As controladas da Companhia possuem um bônus de adimplência de 15% caso realize os pagamentos conforme os vencimentos, sem atrasos. Os financiamentos bancários estão garantidos pelos contratos de venda de energia, emissão de cartas de fianças e garantia dos sócios, conforme no item “b” a seguir.

O contrato estabelece cláusulas restritivas (*covenants*) cujo eventual descumprimento pode acarretar vencimento antecipado da dívida. Os *covenants* são condições restritivas que visam dar garantia ao credor sobre a manutenção de determinados indicadores. No caso da dívida captada junto ao BNB, os principais *covenants* são:

- Cumprir rigorosamente a legislação ambiental;
- Comprovar perante o BNB a correta aplicação dos recursos captados; e
- Manter, por todo período do financiamento, a autorização de operação da usina fotovoltaica, bem como cumprir com os requerimentos firmados no contrato com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

Todas as cláusulas restritivas (*covenants*) inerentes ao contrato de financiamentos requeridas são acompanhadas pela Administração da Companhia.

Garantias prestadas

O financiamento celebrado com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. (“BNB”), tem como fiador o Banco BTG Pactual. O Fiador emitiu cartas de fiança em favor do BNB, a fim de garantir o cumprimento das obrigações assumidas pela Companhia.

A título de conta garantia em favor dos Fiadores, as obrigações das controladas da Companhia foram asseguradas pelas seguintes garantias:

- garantia fidejussória prestada por Lar do Sol Holding e Atlas Brasil Holding 2;
- alienação fiduciária de ações da Companhia, de titularidade dos sócios;
- alienação fiduciária dos equipamentos de titularidade da Companhia;
- cessão fiduciária dos direitos creditórios advindos do Projeto de titularidade da Companhia e das contas relacionadas ao Projeto;
- compromisso de aporte de capital na Companhia, pelos sócios;
- solidariedade entre as SPEs;
- cessão gratuita do direito de superfície;
- fiança bancária vigente até a comprovação do Aporte Total.

16 Provisão para desmobilização

De acordo com cláusula contratual contida nos contratos de arrendamento, as Controladas têm a obrigação de devolver o terreno arrendado onde o parque encontra-se instalado nas condições originais antes da implementação dos respectivos parques ao final do contrato de arrendamento.

Em julho de 2023, as controladas da Companhia realizaram o reconhecimento inicial da provisão para desmobilização inerente à desmontagem da usina fotovoltaica no montante de R\$19.194. Este montante foi mensurado com base nos custos estimados para desmontagem no término contrato de arrendamento, atualizado a valor presente por uma taxa de desconto definida em 7,72%, conforme estudo realizado.

O valor correspondente a desmobilização está registrada no ativo imobilizado e está sendo amortizado mensalmente. O valor atualizado em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 18.921, conforme nota explicativa nº 13.

A movimentação da provisão para desmobilização durante o período findo em 31 de dezembro de 2023 foi a seguinte:

	<u>Consolidado</u>
	<u>2023</u>
Saldo inicial	-
Reconhecimento inicial	19.194
Atualização monetária	603
Saldo final	<u>19.797</u>

17 Patrimônio líquido

a) Capital Social

Em 31 de dezembro de 2023, o capital social subscrito da Companhia é de R\$ 421.433 (R\$ 74.065 em 2022), representado por 6.197.934.838 ações, nominativas e sem valor nominal. O Capital social integralizado é de R\$ 421.433 (R\$421.433 em 31 de dezembro de 2022).

Não ocorreram alteração no capital social durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

A Companhia possuía em 31 de dezembro de 2022 capital social a subscrever no montante de R\$ 347.368.

Ao longo de 2022 a Controladora Atlas Brasil Energia Holding 2 S.A. integralizou o montante de R\$347.368. Os saldos integralizados ocorreram mediante transferência bancárias.

b) Reserva legal

Será constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 a Companhia apurou o lucro de R\$ 73.654. Em função disso, a Companhia constituiu reserva legal no valor de R\$ 3.355.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 a Companhia era uma sociedade de capital social limitado, e, portanto, não era obrigada a destinar saldos para reserva legal.

c) Dividendos

Conforme previsto no inciso I do parágrafo 1º do artigo 17 da Lei 6.404/76 a Companhia reconhece a cada exercício a distribuição mínima 25%, a título de dividendos mínimos obrigatórios, quando apurado lucro no final do exercício.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia destinou à título de dividendos mínimos obrigatórios o montante de R\$ 15.937 (R\$0 em 31 de dezembro de 2022), conforme demonstrativo abaixo:

	31/12/2023
Prejuízos acumulados	(6.549)
Lucro líquido do exercício	73.654
Base de cálculo - Reserva Legal	67.105
Reserva legal - 5%	(3.355)
Base de cálculo - Dividendos mínimos	63.730
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	15.937

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 a Companhia era uma sociedade de capital social limitado, e, portanto, não realizava a destinação de dividendos mínimos obrigatórios.

d) Reserva de retenção de lucros

É destinada à aplicação em investimentos previstos no orçamento de capital conforme proposta no orçamento previamente aprovado na assembleia geral.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 a Companhia destinou para reserva de retenção de lucros R\$47.813 (R\$0 em 31 de dezembro de 2022).

e) Participação dos não controladores

Em 09 de agosto de 2022 a Companhia, firmou contrato de compra e vendas de ações das investidas Lar do Sol I, Lar do Sol II e Lar do Sol III com a Unipar Carbocloro S.A., no qual realizou a venda de 10% das ações destes investimentos, passando a Companhia a deter 90% das ações das controladas, conforme descrito na nota explicativa nº 2.1.

Abaixo, são detalhados os valores por investida:

Composição da participação de não controladores	2023			
	Part.%	Patrimônio líquido das investidas	Lucro líquido do exercício	Participação de não controladores
Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol I S.A.	10%	247.343	4.457	24.735
Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol II S.A.	10%	141.021	1.450	14.102
Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol III S.A.	10%	131.094	1.703	13.109
Total		519.458	7.610	51.946

Composição da participação de não controladores	2022			
	Part.%	Patrimônio líquido das investidas	Prejuízo do exercício	Participação de não controladores
Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol I S.A.	10%	212.799	(13)	21.280
Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol II S.A.	10%	129.738	(10)	12.972
Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol III S.A.	10%	117.877	(11)	11.788
Total		460.414	(34)	46.041

18 Receita operacional líquida

Fluxos de receitas e desagregação da receita de contrato com clientes

Na tabela a seguir está apresentada a composição analítica da receita de contratos com clientes apresentadas na demonstração do resultado do exercício:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
	<u>2023</u>	<u>2023</u>
Receita contrato de energia de reserva (ACL)	156.332	282.884
Receita no mercado de curto prazo (MCP) (a)	15.480	15.737
Receita - parte relacionada (b)	1.325	1.325
Receita bruta total	173.137	299.946
Impostos sobre venda	(16.044)	(20.944)
Total da receita operacional líquida	157.093	279.002

A Companhia comercializou 1.164,5 GWh em 2023, deste total as controladas da Companhia geraram 322,8 GWh.

- (a) Refere-se a parcela de produção comercializada no ambiente de contratação livre, dada as condições mais favoráveis no mercado de curto prazo.
- (b) Conforme nota explicativa 22.

19 Custo de operação e despesas gerais administrativas

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2023</u>	<u>2022</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Custos do serviço de energia elétrica				
Depreciação e amortização (a)	-	-	(11.996)	-
Operação e manutenção	-	-	(2.155)	-
Atualização monetária da provisão de desmobilização	-	-	(603)	-
Compra de energia para revenda (d)	(143.227)	-	(143.227)	-
Compra de energia partes relacionadas (c)	(7.367)	-	-	-
Encargo de uso de rede de energia elétrica	(98)	-	(12.392)	-
Custos compartilhados (c)	-	-	(994)	-
Compromissos sociais e ambientais	-	-	(747)	-
Custos de locação de terras (b)	-	-	(893)	-
Seguros	-	-	(2.881)	-
Total	(150.692)	-	(175.888)	-

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Despesas gerais e administrativas				
Contabilidade e auditoria	(65)	(35)	(265)	(154)
Despesas com pessoal	-	-	(3)	-
Despesas com viagens	-	-	(15)	-
Internet e comunicação	(1)	-	(7)	-
Assessoria e advogados	(231)	(155)	(739)	(155)
Serviços técnicos	(1)	(31)	11	(11)
Impostos e taxas	(87)	(67)	(98)	(89)
Outros	-	-	-	(1)
Total	(385)	(288)	(1.116)	(410)

- (a) Refere-se a depreciação do imobilizado, amortização do custo de desmobilização e ativo de direito de uso.
- (b) Refere-se custos de aluguel das terras para operação do parque fotovoltaico não sujeitos ao CPC 06 (R2) – Arrendamentos
- (c) Conforme nota explicativa nº 22.
- (d) Durante o exercício de 2023 a Companhia adquiriu energia convencional para o suprimento do contrato firmado junto a Unipar Carbocloro.

20 Receitas financeiras e despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Receita financeira				
Rendimentos sobre aplicações financeiras	1.785	1.464	5.134	1.464
Varição cambial ativa	-	-	3.506	-
	1.785	1.464	8.640	1.464
Despesa financeira				
Despesas bancárias	(17)	(2)	(73)	(293)
Carta de crédito	-	(13)	(7.110)	(13)
Despesas de juros com financiamentos	-	-	(9.893)	-
Bônus de adimplência	-	-	194	-
Custo de captação incorrido	-	-	(120)	-
Juros com arrendamento	-	-	(640)	-
Varição cambial passiva	(1)	-	(2.130)	-
	(18)	(15)	(19.772)	(306)
Resultado financeiro, líquido	1.767	1.449	(11.132)	1.158

21 Imposto de renda e contribuição social

Em 31 de dezembro de 2023 o montante a pagar de imposto de renda e contribuição social é de R\$1.219 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2022). A conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas debitada em resultado é demonstrada como segue:

	Controladora	
	2023	2022
Prejuízo contábil antes do imposto de renda e contribuição social	76.264	786
Adições:		
Adições (exclusões) permanentes	(40)	2
Resultado de equivalência patrimonial	(68.476)	379
Base de cálculo		
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social	7.748	1.167
Imposto de renda e contribuição social	(2.610)	(373)
Alíquota efetiva	3%	47%
	Consolidado	
	2023	
Receita bruta (a)	134.176	
Presunção do imposto de renda - 8% (b)	10.734	
Presunção da contribuição social - 12% (c)	16.101	
Demais receitas (d)	4.459	
Base de cálculo do IRPJ - (b) + (d)	15.193	
Imposto de renda a alíquota de 15%	(2.279)	
Adicional de imposto de renda a alíquota de 10%	(1.494)	
Total imposto de renda	(3.749)	
Base de cálculo da CSLL - (c) + (d)	20.560	
Contribuição social a alíquota de 9%	(1.850)	
Despesa com imposto de renda e contribuição social	(5.624)	
Alíquota efetiva (*)	4%	

(*) A alíquota efetiva corresponde a despesa de imposto de renda e contribuição social dividida pela soma da Receita bruta (a) e demais receitas (d).

O imposto de renda e contribuições social consolidado é representado pelo valor reconhecido pela controladora no montante de R\$2.610 e o valor do imposto de renda e contribuição social incidente nas controladas no montante de R\$ 5.624, totalizando o valor consolidado de R\$ 8.324.

22 Partes relacionadas

a. Controladora e controladora final

A controladora é a Atlas Brasil Energia Holding 2 S.A. e o controlador final é o GIP Helios Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia.

b. Operações com pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração refere-se aos diretores. A remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da Administração, por seus serviços é representada por salários e outros benefícios de curto prazo. Para 2023 e 2022 não foram fixadas remunerações.

c. Operações com partes relacionadas

	Controladora					
	Contas a receber		Contas a pagar		Receitas / (Despesas)	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022
<i>(i) Operações partes relacionadas – Nacional</i>						
Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol I S.A.	-	-	-	-	(6.063)	-
Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol II S.A.	-	-	1.304	-	(1.304)	-
Total	-	-	1.304	-	(7.367)	-

	Controladora					
	Contas a receber		Contas a pagar		Receitas / (Despesas)	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022
<i>(ii) – Dividendos</i>						
Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol I S.A.	9.016	-	-	-	-	-
Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol II S.A.	2.890	-	-	-	-	-
Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol III S.A.	3.428	-	-	-	-	-
Atlas Brasil Energia Holding 2 S.A.	-	-	15.937	-	-	-
Total	15.333	-	15.937	-	-	-

	Consolidado					
	Contas a receber		Contas a pagar		Receitas / (Despesas)	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022
<i>(i) Operações partes relacionadas – Nacional</i>						
Atlas Brasil Comercializadora de Energia Ltda (*)	-	-	199	-	(994)	-
Atlas Brasil Energia Holding 3 S.A.	-	-	-	1	-	-
Total	-	-	199	1	(994)	-

	Consolidado					
	Contas a receber		Contas a pagar		Receitas / (Despesas)	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022
<i>(ii) – Dividendos</i>						
Unipar Carbocloro S.A.	-	-	1.704	-	-	-
Atlas Brasil Energia Holding 2 S.A.	-	-	15.937	-	-	-
Total	-	-	17.641	-	-	-

(*) Ao longo dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 o Grupo dispôs de serviços compartilhados das demais Companhias do Grupo Atlas, tendo entre os custos serviços de escritório e assessoria de engenharia.

23 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

a. Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2023 – Valor contábil		2023 – Valor contábil	
		Valor justo através do resultado	Custo Amortizado	Valor justo através do resultado	Custo Amortizado
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	8	6.283	55	64.937	626
Aplicações financeiras vinculadas	10	-	-	13.235	-
Dividendos a receber	22	-	15.333	-	-
Contas a receber		-	15.500	-	32.168
Total		6.283	30.888	78.172	32.794
Passivos					
Fornecedores	14	-	20.521	-	24.901
Financiamentos	15	-	-	-	435.354
Dividendos a pagar	22	-	15.937	-	17.641
Outras contas a pagar	14	-	23	-	93
Total		-	36.481	-	477.989

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2022 – Valor contábil		2022 – Valor contábil	
		Valor justo através do resultado	Custo Amortizado	Valor justo através do resultado	Custo Amortizado
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	8	78	36	68.905	81
Aplicações financeiras vinculadas	10	-	-	12.492	-
Outras contas a receber		-	-	-	544
Total		78	36	81.397	625
Passivos					
Fornecedores	14	-	1	-	15.894

*Atlas Lar do Sol Holding S.A.
anteriormente Atlas Lar do Sol Holding Ltda.
Demonstrações financeiras individuais e consolidadas
em 31 de dezembro de 2023 e 2022*

Financiamentos	15	-	-	-	406.278
Outras contas a pagar	14	-	15	-	72
Total		-	16	-	422.244

		Controladora		Consolidado	
		2023 – Valor contábil		2023 – Valor contábil	
	Nível hierárquico do valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 2	6.338	6.338	65.563	65.563
Aplicações financeiras vinculadas	Nível 2	-	-	13.235	13.235
Contas a receber	Nível 2	15.500	15.500	32.168	32.168
Dividendos a receber	Nível 2	15.333	15.333	-	-
Total		37.171	37.171	110.966	110.966
Passivos					
Fornecedores	Nível 2	20.521	20.521	24.901	24.901
Financiamentos	Nível 2	-	-	435.354	435.354
Dividendos a pagar	Nível 2	15.937	15.937	17.641	17.641
Outras contas a pagar	Nível 2	23	23	93	93
Total		36.481	36.481	477.989	477.989
		Controladora		Consolidado	
		2022 – Valor contábil		2022 – Valor contábil	
	Nível hierárquico do valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 2	114	114	68.986	68.986
Aplicações financeiras vinculadas	Nível 2	-	-	12.492	12.492
Outras contas a receber	Nível 2	-	-	544	544
Total		114	114	82.022	82.022
Passivos					
Fornecedores	Nível 2	1	1	15.894	15.894
Financiamentos	Nível 2	-	-	406.278	406.278
Outras contas a pagar	Nível 2	15	15	72	72
Total		16	16	422.244	422.244

Mensuração do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo financeiro, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1** – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- **Nível 2** – *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivados de preços); e
- **Nível 3** - *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A tabela abaixo apresenta a técnica de valorização utilizada na mensuração dos valores justos de Nível 2 para instrumentos financeiros no Balanço Patrimonial, assim como *inputs* não observáveis significativos utilizados:

Tipo	Técnica de avaliação	Inputs significativos não observáveis
Outros passivos financeiros	Fluxos de caixa descontados: O modelo de avaliação considera o valor presente dos pagamentos esperados, descontado por uma taxa ajustada de risco	Não aplicável

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não houve transferência decorrente de avaliação de valor justo entre nível 1, 2 tampouco com o nível 3.

Gerenciamento de risco financeiro

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado;
- Risco cambial e
- Risco de taxa de juros

Estrutura de gerenciamento de risco

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades a Companhia. A Companhia por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

i. Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras, caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente de instrumentos financeiros da Companhia.

Os valores contábeis dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito.

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa	6.338	114	65.563	68.986
Aplicações financeiras vinculadas	-	-	13.235	12.492
Contas a receber	15.333	-	32.168	-
Total	21.671	114	110.966	81.478

De modo a diversificar o risco de crédito junto às instituições financeiras, a Companhia centraliza suas operações apenas em instituições de primeira linha. a Companhia prioriza investimentos de curtíssimo prazo para obter o máximo de rendimento e máxima liquidez frente aos passivos contraídos.

Contas a receber

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito da sua base de clientes, incluindo o risco de não pagamento da indústria no qual o cliente opera.

Aplicações financeiras

A Companhia limita sua exposição ao risco de crédito através do investimento em aplicações financeiras que tenham um mercado líquido.

A exposição máxima ao risco de crédito das aplicações financeiras classificadas como custo amortizado com vencimento de curto prazo foi de R\$ 78.172 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 81.397 em 31 de dezembro de 2022).

ii. Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Exposição ao risco de liquidez

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data da demonstração financeira. Esses valores são brutos e não-descontados, e incluem pagamentos de juros contratuais.

	Consolidado					
	Valor contábil	Fluxos de caixa contratuais				
		Total	1 ano ou menos	2 - 5 anos	5 - 10 Anos	Mais que 10 anos
31 de dezembro de 2023						
Passivos financeiros						
Fornecedores e outras contas a pagar	24.994	24.994	24.994			
Arrendamentos	11.727	82.344	3.102	9.270	19.884	50.088
Financiamentos	435.354	1.120.683	94.765	177.950	375.361	472.607
	472.075	1.228.021	97.865	187.220	395.245	522.695
31 de dezembro de 2022						
Passivos financeiros						
Fornecedores e outras contas a pagar	15.966	15.966	15.966	-	-	-
Financiamentos	406.278	775.420	4.834	153.607	184.367	432.612
	422.244	791.386	20.800	153.607	184.367	432.612

iii. Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações - irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

iv. Risco cambial

A Companhia realizou operações usuais de compras no decurso de suas operações, porém em 31 de dezembro de 2023 a Companhia não possui saldos passivos em moeda estrangeira, logo não está sujeita ao risco cambial.

v. Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

Em relação aos ativos financeiros, visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia centraliza seus investimentos em operações com taxas de rentabilidade que acompanham a variação próxima do CDI em certificado de depósito bancário. Na data do balanço, o perfil de taxa de juros da Companhia é em aplicações financeiras com taxa pós-fixada.

E em relação aos passivos financeiros, visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia possui financiamento em operações com taxas que acompanham o índice inflacionário do Brasil e o índice de atualização dos contratos de venda de energia.

Análise de sensibilidade

Em atendimento ao item 40 do CPC 40 – Instrumento Financeiros Evidenciação / IFRS 7 – *Financial Instruments: Disclosures*, a Companhia efetua a análise de sensibilidade de seus instrumentos financeiros.

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia em função da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir estão apresentados todos os instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas que estão expostos à indexadores, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário provável adotado pela Companhia e suas controladas, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, com 25% e 50% de aumento do risco.

Variação das taxas de juros e índices	Variação 31/12/2023	Cenário provável 31/12/2024	Sensibilidade		
			Provável	Δ + (-) 25%	Δ + (-) 50%
Risco de aumento da taxa de juros e índices IPCA (a) (i)	4,46%	3,90%	3,90%	4,88%	5,85%
Risco de redução da taxa de juros e índices CDI (b)	11,87%	9,15%	9,15%	11,44%	13,73%

Risco de aumento (passivo)	Índice	Saldos em 31/12/2023	Sensibilidade				
			Provável	Δ + 25%	Δ + 50%	∇ - 25%	∇ - 50%
Financiamentos	IPCA	(435.354)	(29.169)	(36.461)	(43.753)	(21.877)	(14.584)
Total		<u>(435.354)</u>	<u>(29.169)</u>	<u>(36.461)</u>	<u>(43.753)</u>	<u>(21.877)</u>	<u>(14.584)</u>
Risco de redução (ativo)							
Aplicações financeiras	CDI	<u>78.172</u>	<u>7.153</u>	<u>8.941</u>	<u>10.729</u>	<u>5.365</u>	<u>3.576</u>

(a) *Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo – Boletim Focus*

(b) *Certificado de Depósito Interbancário – Fonte: Projeções Bradesco Longo Prazo*

(i) A Companhia possui taxa de juros de financiamentos pré-fixados e pós fixados. A variação das taxas de juros e índices do quadro acima apresentam apenas variação do itens pós fixados.

24 Contingências

Os consultores jurídicos efetuaram levantamento, avaliação e quantificação das ações de natureza jurídica e administrativa das Companhias do Grupo Atlas, para suportar as prováveis e possíveis perdas com essas causas.

1.1. Processos cíveis com perda provável

As controladas da Companhia possuem ação com classificação de perda provável, referente a multa administrativa da ANEEL por atraso na data de operação comercial do projeto Casablanca, que totalizam prováveis perdas no montante de R\$ 369 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2022).

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia não possui contingências passivas com avaliação de risco de perda classificadas como possível.

25 Informações complementares ao fluxos de caixa

Transações que não envolvem caixa:

	Nota	Controladora	
		2023	2022
Distribuição de lucros	11	(15.333)	-
Dividendos a receber	22	15.333	-
Dividendos a pagar	22	15.937	-
Dividendos mínimos obrigatórios	17	(15.937)	-
Consolidado			
	Nota	2023	2022
Juros sobre financiamentos incorridos	14	23.131	5.997
Custos de captação incorridos	14	168	168
Fornecedores	13	-	(31.040)
Aquisição ao ativo imobilizado	12	(21.387)	(322.493)
Aplicações financeiras vinculadas	10	(1.912)	-
Ativo de direito de uso	12	11.741	-
Passivo de arrendamento	12	(11.741)	-
Provisão para desmobilização	16	19.194	-
Custo de desmobilização	13	(19.194)	-
Dividendos a pagar	22	17.641	-
Dividendos mínimos obrigatórios	17	(17.641)	-

26 Compromissos futuros

A seguir são divulgados os principais compromissos da Companhia para os anos subsequentes.

	2024	2025	2026	2027	2028 a 2038	Total
TUST (a)	(12.609)	(13.035)	(13.468)	(13.900)	(186.493)	(239.505)
Contratos de (O&M) (b)	(2.254)	(2.456)	(2.634)	(2.760)	(40.972)	(51.076)
Seguros e garantia (c)	(923)	(953)	(886)	(915)	(11.007)	(14.684)
Arrendamento (d)	(1.282)	(1.543)	(1.594)	(1.647)	(22.100)	(28.166)
Outros (e)	(3.279)	(3.104)	(3.207)	(3.313)	(44.049)	(56.952)
Total	(20.347)	(21.091)	(21.789)	(22.535)	(304.621)	(390.383)

a) Encargos devido ao uso do sistema de transmissão (CUST/TUSD)

Durante toda a operação dos projetos, o Grupo irá incorrer com gastos referentes aos encargos por uso do sistema de transmissão, objeto dos Contratos de Uso do Sistema de Transmissão (CUST) e Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD) para empreendimentos conectados na rede de transmissão.

Para o ano de 2024 os encargos foram calculados considerando as tarifas vigentes para o ciclo tarifário 2024/2024 (julho/23 a junho/23) para projetos conectados na rede de transmissão, sem a utilização de correção/reajuste nas tarifas para os meses.

Para os anos a partir de 2024 os encargos também foram calculados considerando as tarifas vigentes para o ciclo tarifário 2023/2024.

b) Contratos de Operação e Manutenção (O&M)

O Grupo possui contratos com fornecedores para manutenção das plantas fotovoltaicas.

c) Seguros e garantias

O Grupo possui contratos de seguros e garantias para manutenção e asseguaração das plantas fotovoltaicas.

d) Arrendamentos

O Grupo possui contratos de arrendamento dos terrenos pertinentes a utilização para instalação do parque fotovoltaico.

e) Outros

O Grupo possui outros contratos que possivelmente incorrerão em despesas futuras, como, despesas intercompany, serviços profissionais, despesas bancárias, responsabilidade social e custos e despesas ambientais.

Luiz Maia Gutierrez Ballester
Diretor
CPF: 832.797.505-63

Julio Roberto Baruchi
Contador
CRC: 1SP206243/O-5
CPF: 008.175.478-78

* * *